

O “LUGAR-TERRITÓRIO” NA COMPLEXIDADE DA REALIDADE CONTEMPORÂNEA: INCURSÕES TEÓRICAS A PARTIR DA INTERSUBJETIVIDADE

Matusalém de Brito Duarte

Mestre em Geografia pela UFU

Prof. do ensino Fundamental e Médio em Belo Horizonte - MG

matusduartskog@hotmail.com

RESUMO

A complexidade da realidade atual tem redimensionado as leituras acerca dos processos sócio-espaciais, que vem ampliando a demanda por uma postura científica cada vez mais interdisciplinar, onde o conhecimento esteja à frente das questões postas no cotidiano. Tais processos se encontram, cada vez mais, imbuídos do fazer dialético entre o individual e o social, entre o local e o global e também entre o subjetivo e o intersubjetivo. Diante disso, este artigo faz uma reflexão teórica, a partir do conceito de Intersubjetividade, de uma categoria espacial híbrida e composta: “lugar-território”, vislumbrando novos rearranjos espaciais enquanto elementos teóricos de suporte à leituras do espaço na dimensão micro e sócio-espacial.

Palavras-chave: Intersubjetividade; identidade, lugar-território.

THE PLACE-TERRITORY IN ITS COMPLEXITY OF CONTEMPORARY REALITY: THEORETICAL INCURSION FROM INTERSUBJECTIVITY

ABSTRACT

The complexity of the current reality has redimensioned the readings about the socio espacial processes, in which it has been amplifying the demand for a scientific attitude more interdisciplinary, where the knowledge is in front of the questions placed in the quotidian. These processes are found, more and more, imbued in the dialectic doing between the individual and the social, between the local and the global as well between the subjective and the intersubjective. Henceforth this article makes a theoretical reflexion from the concept of Intersubjectivity, from a hybrid and compound espacial category: “territory-place”, descrying new espacial rearrangements whereas theoretical elements of support to readings of spaces in the micro and socio espacial dimension.

Keyword: Intersubjectivity, identities, territory-place.

A complexidade posta na atualidade e sua tendência em ampliar as vertigens diante dos fenômenos vêm reconfigurando as demandas epistemológicas acerca dos métodos e dos tratamentos do conhecimento que se apresentam continuamente. Nesta realidade, as relações tecidas no espaço geográfico também se encontram diante de tais impasses. A ciência geográfica tem se debruçado sobre “seu” objeto de estudo numa tentativa de apreendê-lo enquanto instrumento de autenticação de sua existência, engessando muitas vezes em categorias espaciais a realidade espacializada. Essas tentativas perduraram e ainda perduram em várias leituras e análises de fenômenos espaciais de modo que, em nome de uma certeza hipotética, toda a “adaptação” seja necessária, confinando tal ciência ao velho ditado em que “os fins justificam os meios”.

Por outro lado, é preciso estar atento às contracorrentes, principalmente àquelas de discurso radical, que apregoam o fim de todo método pela construção de uma “epistemologia do vazio”, a qual tudo se é permitido.

Diante desta tensão epistemológica, que vem pressionando os diversos campos do conhecimento, faz-se necessário o desenvolvimento de um arcabouço teórico que ao mesmo tempo em que

Recebido em 21/07/2008

Aprovado para publicação em 07/07/2009

considere a construção histórica da epistemologia da ciência, também vislumbre, na mesma medida, a necessidade de uma melhor compreensão da realidade sócio-espacial, na complexidade em que se encontra e caminha.

A partir dessas colocações, algumas incursões teóricas podem ser feitas no que se refere ao uso de algumas categorias espaciais na leitura da realidade sócio-espacial. Além disso, o entendimento dos processos, que passa pela dimensão humana do espaço imprime e exprime fazeres que transitam entre o individual e o social, pendulando entre o subjetivo e o intersubjetivo.

Para o exercício teórico de uma releitura das categorias, levando em consideração tal construção intersubjetiva da realidade, foram selecionados o “lugar” e o “território”, que serão redimensionados a partir da consideração de uma nova categoria-composta: o “lugar-território”. Dentre as categorias geográficas, o “lugar” e o “território” vem ganhando destaque diante das discussões acerca da dialética local/global e da redefinição dos poderes na nova ordem mundial. Da mesma forma, o entendimento do conceito de intersubjetividade vem se destacando enquanto possibilidade de enriquecimento da compreensão dos novos processos sociais, trazendo a perspectiva inter e transdisciplinar como alicerces de uma nova forma de leitura do mundo.

Neste contexto, a discussão que se segue, pretende avançar no entendimento da nova relação local-global que, inclusive é mencionada por alguns autores já com o nome de “glocalização” (HAESBART, 2004, p. 347). O “lugar” ganha novas leituras que será abordado como “lugar-território” neste trabalho, mas sem se sobreporem, enriquecendo a discussão acerca das questões da atualidade.

A intersubjetividade do “lugar-território”

Antes de iniciarmos uma reflexão acerca da intersubjetividade, presente na produção do espaço enquanto “lugar-território”, faz-se necessário apresentarmos as justificativas da criação de uma categoria espacial única, reunindo em si outras duas tão importantes e complexas: o “lugar” e o “território”. A análise aqui não se debruça sobre as categorias em seus múltiplos aspectos e acepções, principalmente no que se refere ao “território”, cujo histórico na epistemologia geográfica não se constitui em objetivo a ser aqui inserido. Este estudo visa encontrar o movimento que visualiza o “lugar” enquanto espaço de identidades com relações de poder, de desconstrução e re-construção contínuas que vão se materializando a partir de um olhar multifacetado.

O uso do termo composto “lugar-território” não é uma categoria encontrada na literatura geográfica. Ele figura aqui como uma proposta frente a alguns discursos que delimitam o espaço por este viés e não assumem esta proximidade como parecem desejar. A categoria “território” sempre esteve ligada às questões políticas e seu conceito atrelado, muitas vezes, equivocadamente somente a essas relações de poder. Algumas iniciativas recentes buscaram outras formas de delimitação espacial, que não pela política, mas continuam utilizando o “território” sem alavancarem as diferentes nuances que a complexidade e pós-modernidade vêm imprimindo às relações sócio-espaciais.

O neologismo “lugar-território” não carrega em si o objetivo de simplificar as categorias espaciais abrangidas, nem muito menos procura uma redefinição de “território”, o que demandaria outro trabalho à parte de uma profundidade e direções diferenciadas. O que se pretende é mostrar uma possível “sujeição” do “território” à categoria “lugar”, de modo a entendermos suas diferentes leituras, que partem de dinâmicas territoriais em múltiplas estâncias: econômicas, políticas e culturais.

O “território”, enquanto categoria de análise espacial, figurou e ainda figura em muitos discursos, como um espaço delimitado por fronteiras rígidas, onde o poder político e/ou econômico limitariam o acesso e reforçariam o controle sobre os sujeitos ali “cercados”, como podemos verificar em Raffestin², citado em HAESBART (2004, p. 84-85).

Outros discursos, como o de Manuel Castells (1999), declaram que na pós-modernidade ocorreria o processo de “desconstrução” dos territórios devido à aceleração dos processos globalizantes e do enfraquecimento do “Estado-nação” enquanto gestor. Poderia-se também verificar a materialização das idéias de reordenamento dos “territórios” para uma nova configuração, denominada “territórios-rede”. Nesta concepção, o conceito de “território-área” passa a ser substituído pela idéia de pontos interconectados. Por último, e cuja complexidade se aproxima do conceito de “lugar-território” aqui desenvolvido, há um conjunto de referências ao “território” o inserindo num contexto múltiplo, com

²RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

novos processos e agentes como constituintes de sua construção, desconstrução e nova construção, chamado de des-re-territorialização, que assume o papel da multiterritorialidade como fundamento da nova dinâmica dos lugares (HAESBAERT, 2004, 74-77; SANTOS, 2002; MASSEY, 2000; FERREIRA, 2000; CLAVAL, 1999; CARLOS, 1996; SOUZA, 1995).

Partindo de algumas definições de “lugar” pode-se perceber sua ligação intrínseca com o “território”, uma vez que nelas estão presentes referências às afirmações das “identidades” enquanto essência de sua formação. Assim, para Ana Fani Alessandri Carlos o lugar “*é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar*” (CARLOS, 1996, p. 20). Já para Doreen Massey, a importância das identidades se traduz não como um fator locacional, mas como uma ponte de relações entre os “lugares”:

Lugares não possuem uma única identidade, eles estão cheios de conflitos internos. A especificidade de um lugar deriva do fato de que cada lugar é o foco de uma mistura distinta de relações sociais externas e locais. Essa mistura num lugar produz efeitos que não ocorreriam de outra forma. Todas essas relações se interagem com a ajuda da história acumulada do lugar, produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de elos e vínculos locais e com o mundo exterior (MASSEY, 2000, p. 183-184).

Massey, ao enfatizar o caráter histórico na configuração dos lugares, traz consigo uma dinâmica mais aparente em relação ao lugar do que em Tuan. Ao delinear o lugar enquanto “produto de camadas sobre camadas” acaba por nos dar a impressão de estarmos diante de um conjunto de “filmes” que se desenrolam sincronicamente, mas que possuem uma unidade para cada uma das experiências subjetivas. Ao mesmo tempo, essa dinâmica permite a definição de “lugar” com características intersubjetivas, uma vez que cria vínculos através das interações e das formações de identidades, que fazem parte de seus constituintes.

Para entender esta ligação entre “lugar” e “identidade” é preciso situar a segunda diante das suas várias características, tomando-a como ponto de partida. Esta, enquanto conceito objetivo **depreende-se** em duas principais correntes: uma que concebe o termo ligado às questões genéticas e outro de cunho culturalista (CUCHE, 2002, p. 177-181). A “identidade”, enquanto concepção genética, confere às “raízes” o caráter que define as relações entre os semelhantes. Aqui então, ela seria entendida como algo estável e definitivo uma vez que se encontra impregnada num contexto biológico. Os sujeitos identificados comungariam entre si dos processos sociais desde que semelhantes geneticamente.

A segunda corrente de cunho culturalista, embora pareça uma abordagem que leve em conta a subjetividade, o contexto de assimilação e disseminação da cultura é remetida à interiorização obrigatória de costumes e conhecimentos de forma a se inserir no grupo enquanto fazer intersubjetivo. A intersubjetividade da relação passa apenas pela direção unilateral, tornando a “identificação” com o grupo, uma espécie de fim em si mesmo (CUCHE, 2002, p. 178-181).

As duas correntes objetivas fogem completamente às concepções de “território” enquanto “lugar” concebidas na abordagem de Doreen Massey. Para ela, o espaço nunca pode ser entendido como um fim em si mesmo ou algo já dado, pois ele:

(...) é o produto de relações-entre, relações que são práticas materiais necessariamente embutidas que precisam ser efetivadas, ele está sempre num processo de devir, está sempre sendo feito – nunca está finalizado, nunca se encontra fechado (MASSEY, 2004, p.8).

As correntes objetivas desconsideram as interações e a multiplicidade como formadores de “identidades” bem como da configuração sócio-espacial. Sendo assim, é preciso aprofundar em como as correntes relacionais e situacionais abordam a “identidade”, de modo a chegarmos ao conceito multidimensional que contempla, de forma mais “complexa/completa”, sua riqueza para a compreensão do “território” e do “lugar” enquanto categorias unidas pela “identidade”.

Num contexto relacional e situacional podemos definir a “identidade” como uma orientação para as escolhas dos sujeitos diante de seu grupo e do conhecimento ao qual têm acesso. As representações neste contexto ganham importância, entendidas como suporte da construção e re-construção das identidades. Ao mesmo tempo adquirem mobilidade a “identidade” e multiplicidade, não figurando enquanto concepções “pura” e “etérea”. Nas trocas sociais elas se redefinem, formando camadas

sobre camadas se preenchendo com outros tons aos quais se identificam, transformando-se em uma nova forma de ser. Segundo Denys Cuche, nesta concepção, a identidade:

(...) se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir. Trata-se então de uma mudança radical de problemática que coloca o estudo da relação no centro da análise e não mais a pesquisa de uma suposta essência que definiria a identidade (CUCHE, 2002, p. 183).

Em seu estudo “A noção de cultura nas ciências sociais”, Denys Cuche enriquece a leitura acerca da identidade, uma vez que a encontramos sempre presa a um contexto pré-definido, como se sua imutabilidade garantisse a superioridade e o poder dentro de um grupo. No contexto atual, em que a existência dos “territórios” e dos “lugares” continua posta em questionamento, para entendermos a reconfiguração destes espaços e afirmarmos sua permanência analisaremos a “identidade” enquanto componente fundamental na dinâmica das representações sociais e de seu fazer espacial.

Além de considerarmos a “identidade” como constituinte de um grupo e que se modifica pelo contato com outras culturas e outros “lugares”, dentro da grande rede espacial que se dinamiza é preciso levar em conta que o “olhar” dos outros grupos e das outras “identidades”, também reconfiguradas ao longo do tempo, imprimirão na diversidade espacial novas relações entre si. A identidade enquanto componente de um grupo, mesmo em constante reconfiguração subjetiva e intersubjetiva, encerra toda a carga “conceitual” e “pré-conceitual” dos sujeitos que se deparam com outras identidades. Mas é somente no choque entre identidades que os conflitos se afloram e os lugares ganham novos contextos dentro da complexidade global.

Entendemos a “identidade” como esta característica híbrida, cujas relações de poder se manifestam no fazer intersubjetivo e se coloca enquanto peça fundamental da diversidade social. Podemos relacionar o “lugar-território” enquanto espaço da manifestação das identidades e das relações com outros “lugares-território”, sendo estes movimentos muitas vezes de “fechamento”. As respostas de vários grupos podem se apresentar de forma militante expondo as dificuldades e o medo diante das pressões sofridas pela complexidade pós-moderna, que tenta reconfigurar os sentidos de “identidade” e das representações simbólicas do grupo, como afirma Paul Claval:

Os discursos identitários contemporâneos proclamam assim a necessidade, para o grupo, de dispor de um controle absoluto do território que ele torna seu. Não lhe é suficiente dispor de um lar simbólico, de um pólo de adesão. É necessário isolar os outros (CLAVAL, 1999, p. 22).

Para ilustrar esta passagem podemos tomar como exemplo o muro construído entre as duas Alemanhas, bem como o muro de Israel, que figuram como tentativas de grupos em manterem uma “identidade”, como algo livre da contaminação ou perpetuá-las. Tal perspectiva demonstra o incômodo diante da tendência de reordenamento e sobreposição de poderes que multidimensionam o conceito de “identidade”, criando e recriando uma infinidade de híbridos e “compostos identitários”, possibilitando emancipações e radicalizações. Outros exemplos mais próximos são as cidades brasileiras que funcionam como “condomínios fechados”, evitando a presença de grupos de menor poder aquisitivo, mantendo um ritmo de vida voltado à clausura do conforto.

As vertigens da pós-modernidade com sua velocidade e instabilidade, colocam os sujeitos constituídos enquanto “territorialidades”, como dependentes e necessitados deste fechamento. Neste movimento podem acabar se diluindo num propósito ou causa que não os contém enquanto experiência vivida. Paul Claval chama a atenção para esta tendência atual:

Quanto mais o universo do qual as pessoas vivem é limitado, mais a identidade é vivida sob a forma da necessidade: o indivíduo não vê como poderia se subtrair àquilo que o grupo do qual ele faz parte, e aqueles que se lhe opõem de forma permanente, lhe impõe como disciplinas, valores, modos de ser e imagens. A identidade está tão impregnada que ele não tem nenhuma necessidade de defini-la. Contenta-se em se opor aos outros, em dizer nós para todos aqueles que sente próximos, e em classificar o resto do mundo em algumas grandes categorias genéricas (CLAVAL, 1999, 18).

A colocação de Paul Claval parece enterrar a construção intersubjetiva da realidade, a partir de uma alienação de grupo que se encontra diante da velocidade das mudanças. Na verdade ele pondera

sobre o papel que a ideologia enquanto discurso, prática e poder, como ação multifacetada, se mostra presente na identificação de um grupo com o outro. As representações de vários grupos, configurados nesta perspectiva, de alguma forma são manipuladas por algum tipo de relação de poder, facilitador à criação de um universo territorializado para aquelas “identidades semelhantes”.

Todo este hibridismo, impregnado na sociedade e nas suas dimensões culturais e intersubjetivas, que “força” a realidade a se tornar um “todo semelhante”, superestimou o alcance da unificação de uma consciência e identificação únicas, que não foram alcançadas. As relações interpessoais possuem um limite de imposição que esbarra nas arestas da percepção e das relações simbólicas. Stuart Hall (2000), em sua reflexão sobre o papel da identidade na pós-modernidade, apresenta este panorama apontando, ao mesmo tempo, o não alcance global da proposta homogeneizadora bem como a necessidade estrutural intersubjetiva na constituição de identidades, mesmo que às custas de estratégias fugazes. Para ele:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicaram, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2000, p. 13).

Os sujeitos e sua coletividade se encontram diante de um universo *híbrido* que desliza na aceleração do tempo. As identidades, neste movimento, se posicionam ora em articulação constante, pluralizando as possibilidades de sua manifestação, ora se fechando a partir do reforço às tradições rígidas e “puras” (HALL, 2000, p. 87, 92). As duas estratégias, constituintes desta estrutura global, embora aparentemente antagônicas trazem em seu cerne justamente a tentativa em articular aquilo que caracteriza o fazer social e garante a manifestação do sujeito enquanto *ser-aí-no-mundo-com-os-outros*, ou seja, a constituição das “identidades”.

A partir destas concepções de identidade, no contexto atual, percebemos que o “lugar-território” *“reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico”* (HAESBAERT, 2004, p. 71). Tal aspecto comprova que o mito da desterritorialização, além de precipitado é incompleto na tentativa de explicar novas dinâmicas de reconfiguração espacial. Ao invés de pensarmos no fim das “identidades” ou na sua homogeneização, devemos nos orientar para realizar leituras nas quais a multidimensão e a sobreposição de camadas significativas constituam-se no contexto almejado, trazendo à tona seus conflitos, ideologias e metamorfoses.

Rogério Haesbaert (2004), ao discutir e debater a propósito da variedade de definições atribuídas ao conceito de “território” e dos mitos que o rondam na atualidade, devido às mudanças globais nas relações tempo-espaco, apresenta uma cronologia das concepções mais tradicionais até as tendências “pós-modernas”. Neste percurso, percebe-se que a essência do “território” está na questão das relações de poder, porém, esta simplificação não é tão fácil. Os poderes além de pertencerem a diversas tipologias, se movimentam na intersubjetividade de distintas formas, tornando essa categoria espacial um feixe de luz diante de um prisma.

Entre as concepções, de fundamentação materialista ou idealista, cujas extremidades entre a total vinculação objetiva ou subjetiva do poder se fazem presentes, evidenciamos a concepção que, inicialmente mais se aproxima do “lugar-território”, dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (HAESBAERT, 2004, p. 99). Para estes teóricos, os “territórios” se configuram a partir da fluidez na relação entre o que denominam *agenciamentos maquínicos de corpos* e de *agenciamentos coletivos de enunciação*³ (HAESBAERT, 2004, p. 124-125).

Para acessarmos o que está concebido enquanto intersubjetividade no pensamento de Deleuze e Guattari, tais agenciamentos merecem ser esclarecidos. Por *agenciamento maquínico de corpos* entende-se a constituição subjetiva da sociedade, pelo conjunto de “corpos” no espaço social através da presença dos sujeitos em relação. Já os *agenciamentos coletivos de enunciação* referem-se ao regime de signos compartilhados e aos elementos aos quais os agenciamentos maquínicos estão submetidos. Isso não quer dizer que o segundo mantenha o controle sobre o primeiro ou que o determine, mas como afirma HAESBAERT, trata-se de *“uma relação entre os dois agenciamentos, os*

³ DELEUZE, G e GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

dois percorrem um ao outro, intervêm um no outro, trata-se de um movimento recíproco e não hierárquico” (HAESBAERT, 2004, p. 125). Territorialmente, podemos considerar tais *agenciamentos maquínico de corpos* como a estrutura concreta do espaço, enquanto elementos que a compõem, propiciando o fazer representativo, ou seja, funcionando como seus “fixos”. Já os *agenciamentos coletivos de enunciação* estariam vinculados à estrutura social, cuja função está ligada ao processo de significação daqueles agenciamentos maquínicos pelo o que nomeamos “contextos” político, econômico, ou relacionados aos micro-poderes que atuam neste fazer intersubjetivo.

As proposições destacadas por Deleuze e Guattari demonstram a fluidez na constituição dos territórios e como a intersubjetividade se configura de forma diversa, de acordo com o contexto no qual os sujeitos são envolvidos. Além das camadas de identidades que se contatam, há uma relação do *socius* com os sujeitos que os levam a direcionarem suas ações e pensamentos constituindo diversos “territórios-lugares”, que se materializam face a intersubjetividade presente, trazendo em si, elementos de uma des-re-territorialização.

Em outro contexto, o “lugar-território” se vincula às questões referentes às mudanças na relação tempo-espaço, conhecidas enquanto fenômenos da compressão do espaço pelo tempo. Tais questões encontram-se submersas num debate amplo sobre as sujeições do lugar ao global e/ou do global ao local. O contexto de leitura de mundo aqui parte dos processos de constituição do espaço enquanto meio técnico-científico-informacional, conforme Milton Santos (SANTOS, 2002, p. 233). Configura-se um processo histórico que se materializa no espaço e nas relações intersubjetivas, por Santos apresentado da seguinte forma:

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2002, p. 238).

O autor foca a dinâmica da circulação das informações como uma estruturante fundamental na re-definição dos “lugares” e dos “territórios”. Ele também deixa clara a ligação do meio “técnico”, ou seja, o próprio espaço material construído com as intencionalidades “informacionais”, cujo interesse está diretamente relacionado ao controle, bem como a aceleração de seu acesso. A superioridade da informação, enquanto constituinte das práticas sociais atuais, salienta a compressão do espaço pelo tempo e de uma necessidade de se repensar o lugar tal como já foi definido, enquanto lugar próprio da cotidianidade específica e como espaço singular.

Em nenhum momento encontramos em Santos a tentativa de decretar o fim do lugar, nem em Doreen Massey (2000), que também trabalha com esta questão; nota-se a sua revalorização enquanto categoria de leitura do espaço e suas relações com o global. O “lugar” se amplia enquanto categoria de leitura espacial. Ele é concebido como categoria possível de manifestação social espacializada, possuindo em si as características de identidade, poder e, principalmente, do global no local. Tanto as dificuldades ampliadas pelo poder exacerbado da informação, quanto às facilidades, se manifestam no “lugar” e aportam consigo todo o movimento de des-re-territorialização mencionado e trabalhado por Haesbaert em sua obra.

A diversidade de contextos sociais é, porém, erigido por Milton Santos e Doreen Massey como verdadeiros “empecilhos” à homogeneização dos lugares enquanto manifestação única do global, como se este se espelhasse da mesma forma em todas as direções, simplificando o “lugar” como um espaço de menor escala. Santos assinala que:

Com a modernização contemporânea, todos os lugares se mundializam. Mas há lugares globais simples e lugares globais complexos. Nos primeiros apenas alguns vetores de modernidade atual se instalam. Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem (SANTOS, 2002, p. 322).

Toda esta diferenciação espacial deve também ser apreciada, para não correremos o risco de superestimarmos demais diversas áreas do globo, que na verdade não se encontram com tais vetores da modernidade em seu meio-técnico espacializado, e sim à margem do processo de

evolução capitalista uma vez que ali se culminou o processo de ampliação de seu fechamento pela impossibilidade de melhor inserção. Doreen Massey cita o exemplo de algumas ilhas do Pacífico que, por consequência da compressão tempo-espaço, acabaram se isolando do continente. Essa mudança vem ocorrendo pelo aumento do fluxo de Boeing's na ponte aérea de potências asiáticas-oeste dos EUA, em detrimento da navegação tradicional. Esse transporte, quando era predominante, contemplando àquelas a medida em que faziam paradas em seus “lugares-território”. Tais paradas garantiam àquelas ilhas uma “movimentação” e uma “ligação” maior com os demais espaços continentais, que passaram a sofrer com o processo do isolacionismo (MASSEY, 2000, 179-180). O global está presente de alguma forma nestas ilhas, nem que seja pela negação de sua inserção no modelo de redes técnicas-informacionais, fazendo com que o cotidiano em si seja vislumbrado e contemplado por outra ótica.

Nesta dimensão, os “lugares” são também tomados pelo conceito de “território” ao serem definidos como espaços de resistência, que propiciam o desenvolvimento de outros processos que alteram a configuração das identidades e dos poderes ali constituídos (FERREIRA, 2000, p. 73). O que fica claro é a tendência político-econômica atribuída ao reordenamento dos “lugares-território”, que ora comportam as mudanças, ora são por elas afetados. Assim, pouca ênfase é ofertada às questões culturais e interativas entre os sujeitos e suas identidades constituídas na experiência intersubjetiva no cotidiano. Essas soam muitas vezes como impossibilidades diante de um contexto maior que se sobrepõe a quaisquer outros vínculos nascidos no/do lugar. O “lugar” tende a ser reportado como reflexo do global e classificado por sua capacidade maior ou menor em absorver ou não o aparato *técnico-informacional* ao qual fica (ou não) submetido.

Uma outra perspectiva acerca da concepção de “lugar-território” refere-se à tentativa em integrar aspectos da subjetividade e da objetividade para construir o seu entendimento. Entrikin⁴, citado em FERREIRA (2000), afirma que não há nenhuma essência pronta a ser descoberta sobre o lugar e que:

(...) compreender o lugar será, portanto, compreender tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva, será colocar-se em algum lugar no meio do caminho entre a visão descentrada do cientista, que vê o lugar como um conjunto de relações genéricas, e aquela centrada do sujeito que o vê em relação às preocupações do indivíduo (FERREIRA, 2000, p. 76).

Integrar perspectivas é uma possibilidade que tende a se aproximar mais de toda a complexidade, na qual estamos imersos e donde pululam questões. Para Entrikin, a necessidade de se calcar na experiência do lugar como encontro da realidade, se torna enriquecedora quando a avaliação e a busca da compreensão, de forma objetiva, se concretiza a partir do uso das narrativas e discursos públicos, sendo assim consideradas suas noções de intersubjetividade. Tentando explicitar tal perspectiva, para tratar um fenômeno espacial num determinado “lugar”, necessita-se reunir narrativas e discursos acerca do fenômeno em mira de modo a ampliar a compreensão multifacetada daquela realidade. Uma forma de abordar representações sociais daquele grupo seria por analogia, através de uma relação mais ampla entre os discursos e opiniões públicas.

A integração de horizontes objetivos para leitura do “lugar” ou “lugar-território” não pode se tornar um meio de generalização ou reprodução de uma esfera “global” para o “local”. Somente na experiência diária podemos inferir ou visualizar os momentos de extrema relação entre mundo concebido, percebido e vivido, ou seja, entre as “escalas” de extrema subjetividade às de extrema objetividade (FERREIRA, 2000, p. 78). Portanto, o lugar figuraria como o encontro sócio-espacial das vivências, sendo os limites e as fronteiras territoriais direcionadoras de intencionalidades nas relações entre as percepções e na formação das representações sociais. O conceito de “fronteiras” deve ser observado neste caso, não como limites visíveis ou concretos, mas como limites socialmente estabelecidos pela legitimação do poder ali estabelecido.

Marcelo Lopes de Souza (1995) promove uma discussão sobre “Território”, utilizando-se de Hannah Arendt para esclarecer a diferenciação entre poder, conflito e violência. Para ele, o poder tem sido entendido como semelhante ao conceito de violência, embora seja contrário. A violência e os conflitos afloram justamente quando há perda de poderes e quando o coletivo não garante mais a legitimidade

⁴ ENTRIKIN, J. Nicholas. The betweenness of place: towards a Geography of modernity. London: Macmillan, 1991.

e manutenção daquelas relações (SOUZA, 1995, p. 78-81). Nesta via, territórios podem ou não ser re-mapeados, assim como todo o cotidiano das relações sociais vão se consolidando refazendo sentidos sócio-espaciais que se remodelam no “lugar-território”.

Diante destas reflexões sobre o “lugar-território”, como uma categoria espacial híbrida, podemos nos aproximar mais da orientação que a realidade vem tomando com a “pós-modernidade”. As mudanças a partir da ampliação da velocidade da compressão do espaço pelo tempo e das fragmentações, que se apresentam como temas de extrema atualidade e influência na dinâmica da intersubjetividade e da configuração sócio-espacial, se apresentam enquanto componentes de um universo novo de questionamentos presentes. Sendo assim é preciso destacar novamente que colocar os questionamentos nas formas dos modelos e métodos engessados deixará suas essências fragmentadas e não contempladas enquanto busca da compreensão da realidade. A ampliação da compreensão da realidade passa, cada vez mais, pela interrelação de conhecimentos, práticas e métodos, cujas leituras resultarão muito mais na aproximação dos fenômenos e do real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: *GEOgraphia*. Niterói, UFF, ano I, n. 2, 1999. p. 7-26.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. Florianópolis: Edusc, 2002.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: *Território*. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9 (jul/dez), 2000. p. 65-83.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 176-185.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. CORRÊA, Roberto Lobato (et. all). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.